

Alta persistente dos preços dos alimentos desafia novo governo

Inflação dos alimentos está bem superior à média geral

Na Grande Porto Alegre, o índice setorial chega a ser quatro vezes maior: 13,13% no ano, enquanto o total está em 3,04%

RAFAEL VIGNA

rafael.vigna@zerohora.com.br

Após o resultado de novembro, informado na última sexta-feira, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula alta de 5,13% no país em 2022 – o menor patamar desde fevereiro de 2021. A trajetória, considerada positiva, é fruto de uma desaceleração que, no entanto, não se repete nos alimentos e bebidas. Nesse grupo, a expansão em igual período é cerca de duas vezes superior à inflação geral, que chega a 10,91% no Brasil.

A comparação na Grande Porto Alegre é ainda mais acentuada. Enquanto o índice geral na Região Metropolitana acumula alta de 3,04% de janeiro a novembro, o avanço nos alimentos e bebida alcança 13,13% – ou seja, acima de quatro vezes a mais.

Cada nova divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidencia a persistência sobre os itens da cesta básica, o que torna os efeitos mais corrosivos sobre o poder de compra das famílias com as finanças menos protegidas.

Há uma entre tantas máximas dos economistas que resume o quadro: “a inflação chega para todos, mas atinge antes e mais forte a população de menor renda”. Nesse contexto inflacionário, o salário médio real dos brasileiros não retomou aos patamares pré-pandemia e segue em declínio. No ano, caiu 8,78% – de R\$ 2.118,96, em janeiro, para R\$ 1.932,93, em outubro.

Ajuda a entender melhor o panorama atual quando se olha para a evolução dos números e ações praticadas. Em junho, o IPCA subiu 5,49% no ano (e 11,89% em 12 meses) e ameaçava fechar, pelo quarto ano seguido, acima do centro da meta (estipulada em 3,5% para 2022). Na ocasião, o vilão a ser abatido era o frequente reajuste dos combustíveis, provocado por série de conjunturas internacionais, responsáveis por reacender o debate interno sobre os métodos de precificação da Petrobras.

Redução das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações, com a fixação de um teto entre 17% e 18% para os Estados, ao custo de bilhões a

menos em arrecadação para os entes da federação, foi uma das soluções pontuais encontradas. Foi aprovada pelo Congresso por meio de lei complementar. Na semana encerrada em 25 de junho, quando a medida entrou em vigor, os respectivos preços médios para o litro da gasolina e do diesel S-10, no país, batiam em R\$ 8,89 e R\$ 8, respectivamente, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo.

Quase seis meses depois, a gasolina teve queda de 43,4%, vendida a R\$ 5,03 nos postos, na semana encerrada em 3 de dezembro. No diesel S-10, cujo efeito multiplicador para demais preços da economia é mais consistente, em razão de seu uso nos transportes, o impacto foi menor: retrocedeu 16,6%, negociado em média a R\$ 6,67. O detalhe é que esse combustível, que historicamente teve valor inferior ao da gasolina, hoje, continua com preço médio R\$ 1,64 superior.

Os efeitos não demoraram a aparecer. Em julho (-0,68%), agosto (-0,36%) e setembro (-0,29%), o IPCA teve as três únicas quedas no ano. Mas nos alimentos, leve baixa viria somente em setembro (-0,51%), com altas em agosto (+0,24) e julho (+1,30%).

De março de 2021 até hoje, o juro básico subiu 11,75 pontos percentuais – de 2% para 13,75%. Esse que é o principal instrumento da política monetária para combater à inflação, em síntese, tem a pretensão de puxar o freio da atividade para tentar conter a circulação de moedas e, por consequência de médio ou longo prazo, reduzir a pressão inflacionária sobre preços.

Motivos

Mas por que, apesar de todas as ações implementadas, os alimentos insistem em não ceder? Ex-diretor do Banco Central (BC), Alexandre Schwartsman identifica a ponta solta no processo: a política fiscal. E enfatiza que “pode-se fazer um monte de coisas, não necessariamente as certas, inclusive o que já foi realizado com os combustíveis, e baixar impostos”. O resultado, explica, é uma renúncia de arrecadação que virá, “literalmente” com juros à frente.

Em resumo, diz Schwartsman,

agrava-se o desequilíbrio fiscal, a percepção de risco é ampliada, reflete-se em dólar mais caro. Como boa parte dos alimentos é transacionada internacionalmente, o fator câmbio traz na bagagem mais inflação subsequente em troca de breve alívio doméstico para alguns preços, não o dos alimentos, no primeiro momento.

Produção

Economista-chefe da CDL Porto Alegre, Oscar Frank destaca as razões estruturais, que passam por gastos de governo superiores à arrecadação (déficit), baixa produtividade da economia, gargalos logísticos, tributários, de capital humano e segurança jurídica, que acabam por reduzir a oferta de produtos, um dos fatores preponderantes para a elevação de preços.

Frank ressalva que o distanciamento social durante a pandemia estancou a produção, razão pela qual os governos – não só do Brasil – despejaram recursos extras (outro fator que contribui com a alta dos preços) na tentativa de estimular demanda por consumo. No país, foram R\$ 591 bilhões, entre 2020 e 2022, a maior parte no pagamento dos auxílios emergenciais e Brasil.

No mundo, estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) cravam em US\$ 16 trilhões o aumento da base monetária (dinheiro) em circulação. Do ponto de vista fiscal (crédito e desonerações), são outros US\$ 7 trilhões, que ajudaram as atividades econômicas ao redor do planeta a se reerguerem mais rapidamente, mas deixaram no horizonte um rastro inflacionário a ser contido.

Economista-chefe da Federação da Agricultura no RS (Farsul), Antônio da Luz afirma que no país não faltam alimentos e o problema está na deterioração da renda da população. Segundo ele, o fato abre a reflexão sobre o crescimento econômico e pontua que a inflação é fruto do desequilíbrio de oferta e demanda monetária. Reforça que em 2020 e 2021, a base monetária em circulação na economia nacional aumentou em 30% (R\$ 591 bilhões a mais) em programas emergenciais.

A situação

Variância acumulada da inflação, medida pelo IPCA, de janeiro a novembro, em percentual

● Brasil ● Grande Porto Alegre

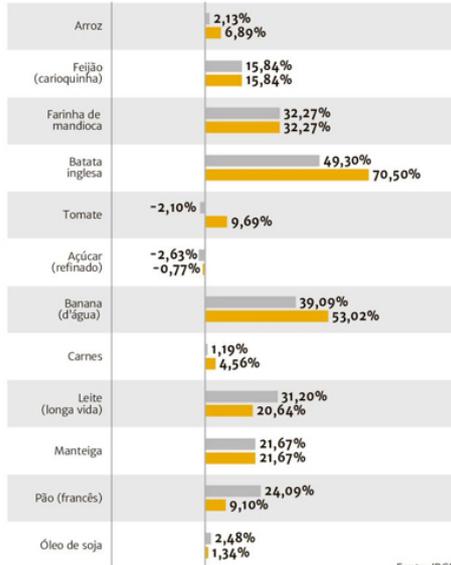
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS



ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO



ITENS DA CESTA BÁSICA



Fonte: IBGE



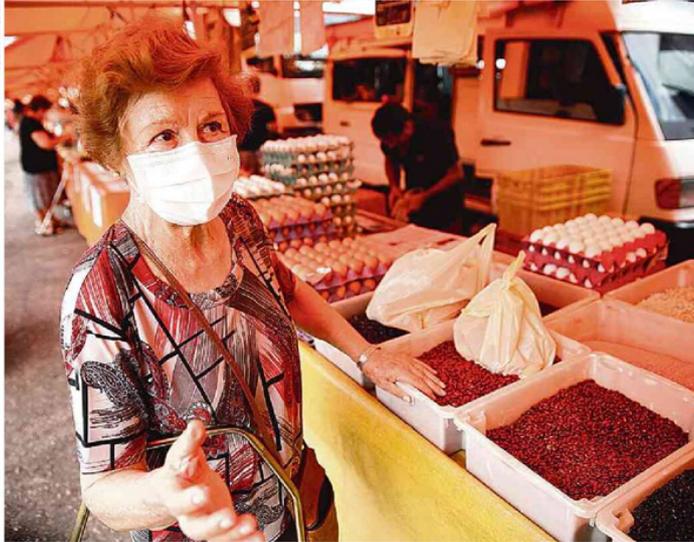
“Não há mágica para reduzir os (preços dos) alimentos e facilitar a vida dos mais pobres. Resta segurar a inflação como um todo (via juro). Não é indicado interferir de outra forma, porque se estão altos passam a mensagem de que algo está errado, o que é conhecido em qualquer introdução à economia, mas ignorado quando se trata de preço político.”

ALEXANDRE SCHWARTSMAN
Economista e ex-diretor do Banco Central



“Pode-se fazer a política que quiser para aquisição de alimentos e aliviar o núcleo da pressão da inflação dos alimentos, porque se o governo furar teto (de gastos), expandir a demanda agregada, gastar mais do que arrecada, vai ter inflação. Pode-se fazer o programa pontual setorial que quiser que vai ter, sim, pressão sobre os preços.”

ANTÔNIO DA LUZ
Economista-chefe da Farsul



Eulália é uma das consumidoras que tenta encontrar produtos mais conta

De olho nas feiras e em descontos

Na prática, a aposentada Eulália Alves, 83 anos, repete o ritual de todas as terças-feiras, na feira Modelo, realizada no Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa, em Porto Alegre.

Na companhia de um carrinho de compras – às vezes utilizado para duas viagens até a residência, a poucas quadras dali –, ela mostra os grãos de feijão “graúdos” a escorrer entre os dedos e que não necessitam “ser escolhidos, evitando o desperdício”, o que também funciona como uma es-

pecie de “economia”, diz.

É que, de acordo com Eulália, assim como outros frequentadores, produtos mais em conta, tempos atrás encontrados em abundância nas feiras, estão cada vez mais equiparados aos dos mercados tradicionais.

Cebola e ovos ainda têm uma pequena diferença, relata o policial militar reformado, Flávio da Silva, 84 anos.

Janice de Oliveira, 67, discorda. Diz que não há mais disparidade, “está tudo caro”, mas usa o

dinheiro válido apenas nas feiras promovidas pela Prefeitura Municipal, porque assim passa o cartão de crédito apenas uma vez e se livra de eventuais encargos com o banco.

José Paulo da Rosa, 66, acrescenta que é preciso ficar atento a cada possibilidade de pagar menos pelos alimentos e, por isso, costuma acompanhar de perto os dias de promoção de cada estabelecimento e feiras da cidade:

– A gente está sempre atrás do menor preço.

Repensar incentivos e tributos em programas

Longe de refutar os efeitos prioritários das políticas fiscal e monetária para o controle de preços e reconstrução da renda familiar, Paulo Niederle, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PG-DR), afirma que é preciso repensar incentivos e tributos em programas pontuais que auxiliem a aliviar o núcleo inflacionário dos alimentos. Segundo ele, uma das questões centrais está nas periferias das grandes cidades.

Fazer com que os produtos cheguem com menos entraves em pequenas redes de varejo e sistemas de restaurantes populares nesses

locais é o primeiro passo, avalia. Ele cita o exemplo de Curitiba, em que um Sacolão funciona com permissionários, licitados pela prefeitura (mas poderia ser o governo do Estado, diz), que define os preços de 10 produtos das cestas básicas todos os meses. Esses itens passam a ser subsidiados com recursos do município e os revendedores devem seguir a tabela acordada. Para os demais, utiliza-se o preço de mercado.

Estoques

No que se refere à infraestrutura de abastecimento, Niederle enfatiza a necessidade de retomar a regulação dos estoques, princi-

palmente para os componentes da cesta básica. É o caso do feijão, cujas importações, até o primeiro semestre de 2022, contabilizavam 34.777 toneladas contra 23.765 no ano passado (alta de 46%), apesar de um aumento da área plantada no país. O fato contribuiu com a elevação de 15,84% no ano em um dos itens essenciais na mesa dos brasileiros.

– Por ausência de governança, chegamos a uma situação em que exportamos toda a nossa soja para China, em 2021, e, depois, compramos dos Estados Unidos, que é muito mais caro e pressionou novamente o preço interno. É importante retomar, mas não se faz isso da noite para o dia. É uma

“O câmbio é um dos motivos para a inflação. Além disso, existem razões estruturais na economia que ajudam a explicar a razão pela qual os alimentos aqui, em muitos casos, são mais caros do que em países desenvolvidos.

OSCAR FRANK
Economista-chefe da CDL Porto Alegre

“Ações que têm efeito geral seriam recuperar o poder de compra do salário mínimo e políticas de benefícios fiscais para determinados produtos ou setores.

PAULO NIEDERLE
Professor da UFRGS e especialista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Modelos alternativos na agricultura familiar

Paulo Niederle, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PG-DR), chama a atenção também para modelos alternativos já existentes de entrega compartilhada entre cooperativas de produtos da agricultura familiar para reduzir o custo logístico (um dos componentes mais pesados sobre os preços), ampliação de programas de compras de alimentos governamentais para a rede escolar e outras experiências complementares.

Niederle destaca um projeto no Amazonas, em que são adquiridos alimentos produzidos em comunidades indígenas e, na sequência, destinados às demais comunidades indígenas. A ação evita a entrega de alimentos ultraprocessados para essa faixa da população, que, antes, agravava os problemas na rede de saúde pública local.

Por aqui, aponta que incentivos fiscais do governo do Estado

para restaurantes que compram alimentos da agricultura familiar ou orgânicos trariam impacto mínimo para as contas públicas e resultado eficiente para promover a diversificação do plantio nas lavouras. Convênios com empresas dispostas a incorporar esses produtos nos seus próprios restaurantes e regulamentação do tema nos contratos para parceiras público-privadas (PPPs) que envolvam alimentação em espaços cedidos, como a rodoviária e a Orla do Guaíba, por exemplo, agiriam de forma auxiliar.

– Seria possível prever sem nenhuma regra draconiana a oferta de alimentos mais saudáveis e também para a população de menor renda. Ações que têm efeito geral seriam recuperar o poder de compra do salário mínimo e políticas de benefícios fiscais para determinados produtos ou setores. Esses exemplos mais pontuais podem parecer pequenos, mas acabam por se articular em políticas monetária e fiscal – avalia Niederle.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Peso no bolso **Página:** 6 + 7